

Política

REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO

Oposição alonga a discussão sobre fundações

Deputados resistem à extinção de estruturas; líder do governo antecipou a votação do texto-base do projeto

Bruna Suptitz

brunas@jornaldocomercio.com.br

O segundo dia de votação do pacote do governador José Ivo Sartori (PMDB) na Assembleia Legislativa foi marcado por discursos na tribuna de deputados da oposição contrários às extinções das fundações, que representam cerca de 1,2 mil servidores públicos estaduais.

Em reunião de líderes, ficou definido que os dois projetos de lei que reuniam as nove fundações seriam os primeiros votados na sessão plenária de ontem.

O projeto é polêmico por propor a extinção de seis fundações: Zoobotânica (FZB); de Ciência e Tecnologia (Cientec); de Economia e Estatística (FEE); de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan); Piratini (TVE e FM Cultura); e para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH). O Projeto de Lei nº 246/2016 dividiu inclusive a base governista. O PDT, que havia cogitado a possibilidade

de deixar o governo antes da votação do pacote, apresentou metade das 14 emendas apresentadas.

O conteúdo das emendas tratava essencialmente de desmembrar as votações para que cada instituição pudesse ser avaliada em separado. Uma das emendas, enviada pelo deputado governista João Reinelli (PV), prevê desmembramento da FZB, FEE e Cientec do projeto.

Na tentativa de encurtar a discussão, o deputado Gabriel Souza (PMDB), líder do governo na Assembleia, apresentou um requerimento pedindo prioridade para a votação do texto-base do projeto, para que seja apreciado antes das emendas. Caso aprovado, estas seriam prejudicadas.

Os parlamentares usaram a tribuna para criticar a maneira como o governo apresentou o texto. “O Parlamento não pode cometer o mesmo crime do governo Sartori e impedir o debate de cada emenda. Peço aos deputados que



Fala de parlamentares teve apoio de servidores que assistiam à sessão

não impeçam o debate”, criticou Jefferson Fernandes (PT). Os pronunciamentos também questionaram a pesquisa apresentada pelo governo no início do mês, apontando que a população gaúcha seria favorável às medidas de reestruturação do Estado. “A pesquisa é falsa, com perguntas induzidas e patrocinadas”, afirmou Fernandes,

gerando reação de contrariedade dos manifestantes favoráveis ao pacote que ocupavam as galerias.

A deputada Regina Becker (Rede), que se manifestou contrária às extinções, lamentou que o projeto estivesse sendo votado. “Fundações têm papel importante em qualquer estrutura de estado, pois permite a flexibilização da gestão

pública, permite captar recursos e buscar incentivos.”

Falando do “efeito moral” que a votação provocaria, com a demissão dos servidores, Regina apresentou um levantamento sobre cargos criados pela Casa no atual mandato - quase 1,1 mil entre Executivo, Judiciário e outros órgãos, além dos cargos em tramitação. “Agora querem tirar pessoas dos seus postos de trabalho com medidas que não trarão efeito aos cofres do governo.”

Único governista a ocupar a tribuna até o fim da tarde, o deputado Frederico Antunes (PP) fez referência aos governos petistas no Estado e no País. “Os números por si só contam a verdade. O Estado foi passado para essa gestão com números negativos”, argumentou, sendo vaiado pelos servidores na galeria e chamado pela presidente da Assembleia, Silvana Covatti (PP), para voltar ao tema.

Até as 21h de ontem, nenhum projeto havia sido apreciado por completo.

Acesso do público às galerias da Assembleia Legislativa continua com restrições

Com acesso restrito a 80 pessoas para cada grupo - apoiadores e contrários ao pacote -, as galerias laterais, normalmente lotadas em dias de votações como esta, puderam ser acessadas somente pela imprensa.

“Essa posição dificulta o diálogo com os deputados”, criticou o jornalista Antonio Cioccarri, servidor da Fundação Piratini.

Apenas os servidores públicos ocuparam todo o espaço disponível na galeria ao

fundo do plenário. A cada fala de parlamentares da oposição, aplaudiam e gritavam palavras de ordem, quase sempre cobrindo manifestação da base do governo e da bancada do PTB.

Os manifestantes favoráveis ao pacote, em menor número em relação a ontem, criticavam principalmente a participação de sindicatos nas reivindicações contrárias ao pacote do governo.



O MELHOR
DA HOSPEDAGEM
EM PORTO ALEGRE

TRADIÇÃO EM RECEBER BEM

O Ritter Hotéis está localizado em frente à rodoviária de Porto Alegre, unidos por um convidativo jardim com a estrutura certa para o conforto e praticidade de sua viagem.

ALGUMAS ATRAÇÕES

- Salas para eventos.
- Próximo ao Aeroporto e Centro Histórico.
- Restaurantes com cozinha Internacional.
- Academia, Piscina e Sauna.
- Entre outras inúmeras atrações.

ritter hotéis
www.ritterhotels.com.br

VERSARE
Rede de Hotéis

Largo Vespasiano Júlio Veppo, nº 55
Centro - Porto Alegre
Tel: 55 51 3210.4000 | 55 51 3228.4044
DDG 0800 517 408
reservas@ritterhotels.com.br
eventos@ritterhotels.com.br

SENADO FEDERAL

Proposta congela fundo partidário por 20 anos

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, aguardando a designação de um relator, o Projeto de Lei do Senado nº 426/2016, de Magno Malta (PR-ES), que congela o valor destinado ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, mais conhecido como o fundo partidário, por 20 anos. O valor total a ser destinado pelo orçamento da União de 2017 ao fundo é de R\$ 819,1 milhões.

Tal regra, apesar de ainda não

estar em vigor, já foi na prática utilizada para o orçamento de 2017, já que o valor de R\$ 819,1 milhões repete a destinação de 2016, sem a correção de 7,2% determinada para as despesas primárias.

Na justificativa, Malta reconhece sua inspiração na Proposta de Emenda à Constituição do Teto de Gastos, já promulgada pelo Congresso, que prevê apenas a atualização monetária dos gastos públicos por 20 anos, tendo como referência a inflação do ano anterior.

“A Lei dos Partidos (Lei

nº 9.096) determina que o aumento vegetativo do número de eleitores implicará no aumento dos recursos destinados para este fundo”, lembra o senador, explicando que seu projeto modifica este dispositivo, adotando o congelamento.

O projeto ainda determina que a distribuição dos recursos para os partidos continuará sendo feita de proporcionalmente aos votos recebidos na eleição para a Câmara dos Deputados, sendo, portanto, atualizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a cada quatro anos.

Lindbergh Farias tem direitos políticos suspensos

O juiz Gustavo Quintanilha Telles de Menezes, da 7ª Vara Cível de Nova Iguaçu e Mesquita, condenou ontem o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) à perda dos direitos políticos por cinco anos e ao pagamento de multa de

R\$ 640 mil por atos de improbidade administrativa.

O petista foi acusado pelo Ministério Público de ter nomeado, enquanto prefeito de Nova Iguaçu, entre os anos de 2005 e 2010, 11 familiares e aliados do vereador José

Agostinho (PSC-RJ) a cargos na prefeitura, mas que teriam trabalhado, na verdade, para o próprio Agostinho. Assim como o senador, o vereador foi condenado pelo magistrado ao pagamento de multa e à perda dos direitos políticos por cinco anos.